

Boletim Informativo

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente

Agosto/2021





SUMÁRIO

- 3 ATUAÇÃO DO NÚCLEO
- 6 NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 6 PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO
- 9 NOTÍCIAS
- 12 LIVES E WEBINÁRIOS
- 14 DICAS CULTURAIS

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

SEMINÁRIO DO PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - REGIÃO SUL





Ocorreu, nos dias 19 e 20 de agosto, o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul. O evento, organizado pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ e várias instituições do Sistema de Garantia de Direitos, dentre elas a Defensoria Pública do RS, teve como objetivo fomentar o diálogo e a atuação integrada entre as organizações responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região sul e sensibilizar os participantes sobre a importância do tema.

O seminário contou com diversas conferências, palestras e debates. Também foram realizados workshops, nos quais os participantes apresentaram projetos realizados na área da infância. No workshop 2 do dia 19/08, intitulado "Reconhecimento da paternidade, enfrentamento do sub-registro de nascimento, desaparecimento e tráfico de crianças" (https://www.youtube.com/watch?v=eE596pLGN5U), a defensora pública dirigente do NUDECA, Andreia Paz Rodrigues, apresentou o Projeto Pai? Presente! realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e pelo NUDECA. No evento, também representaram a Defensoria Pública, as colegas Patrícia Pithan Pagnussatt Fan e Claudia Barros, com os temas "Oficina das Famílias: a mediação em situações de divórcio litigioso envolvendo filhos na primeira infância" e "O papel do Defensor Público da Criança e do Adolescente", respectivamente.

Todos os workshops do Seminário estão disponíveis no canal do YouTube do CNJ.

Abertura Oficial da XXVII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência

Foi aberta, no dia 24 de agosto, a 27ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul. No evento, realizado no Palácio Piratini, foi entregue, pelo governador Eduardo Leite, o projeto da Lei Gaúcha de Acessibilidade e Inclusão (LEGAI), que adapta o Estatuto da Pessoa com Deficiência à realidade gaúcha.

O texto será agora apreciado pelos deputados estaduais.

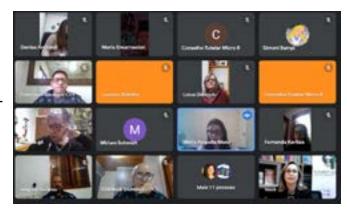




Representando a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, estiveram presentes as defensoras dirigentes do NUDECA, Andreia Paz Rodrigues, e do NUDDH, Aline Palermo Guimarães.

Capacitação dos CTs com o MP e Defensoria Pública

A defensora pública dirigente do NUDE-CA, Andreia Paz Rodrigues, participou, no dia 10 de agosto, de Curso de Capacitação dos Conselheiros Tutelares de Porto Alegre. Em sua fala, destacou as diversas áreas de atuação da Defensoria Pública e como a instituição pode auxiliar a solucionar demandas na área da infância e juventude e das famílias, como questões relativas ao acesso à educação (como vagas em escola de educação infantil) e à saúde (como medicamentos e



tratamentos em geral), e como resolver os conflitos relativos à guarda, alimentos, convivência familiar, etc.

Reunião/Capacitação do Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência

Em 25 de agosto, ocorreu a Reunião/Capacitação do Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, que teve como convidado o Promotor de Justiça do Paraná Murillo José Diácomo.



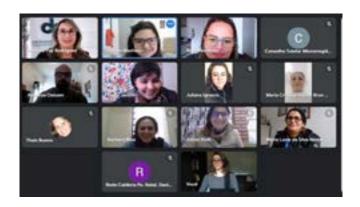


Acesse o evento

Acesse a apresentação

Participação na Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente – Nordeste

No dia 12 de agosto, a dirigente do NUDECA foi convidada a participar da reunião mensal da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente – Nordeste, de Porto Alegre. Em sua fala, destacou importantes áreas nas quais a Defensoria está apta a auxiliar a rede, com ênfase no Projeto de Resolução Extrajudicial de Vagas em Escolas de Educação Infantil, que está em fase de implementação e no Projeto Pai! Presente!



Reunião do Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas

No dia 27 de agosto, foi realizada reunião mensal do Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Porto Alegre, na qual foram discutidas as alternativas de acesso dos adolescentes em cursos de capacitação, bem como os encaminhamentos necessários para a proteção de adolescentes vítimas de violência institucional.



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021

Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, com vistas à melhoria das condições de vida e à proteção e à promoção dos direitos das crianças, desde a gestação até os seis anos de idade completos. A Agenda é constituída por um conjunto de ações governamentais implementadas por meio de políticas públicas articuladas e desenvolvidas de forma integrada pelos órgãos do Governo Federal responsáveis pela sua execução direta ou em parceria com a sociedade civil.

Leia +

PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO

PL da deputada Franciane para combater o bullying nas escolas avança em mais uma comissão da ALRS

No dia 10 de agosto, durante a reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, foi aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 55/2020, da deputada estadual Franciane Bayer, que prevê a implantação de um programa de combate ao bullying nas escolas públicas e privadas.



Aprovada licença-maternidade remunerada na adoção de adolescentes

A trabalhadora que adotar ou obtiver a guarda judicial de adolescente de até 18 anos terá direito à licença-maternidade remunerada de 120 dias. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 143/2016, de autoria do senador Telmário Mota (PROS-RR), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, a norma só admite esse afastamento remunerado do trabalho na adoção de crianças de até 12 anos. A proposta, voltada para trabalhadoras da iniciativa privada, altera a Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n° 8.213, de 1991).

Leia +

Projeto destina vagas em universidades a oriundos de programas de acolhimento

Assegurar vagas em universidades públicas para quem saiu de programas de acolhimento sem ter sido adotado até os 18 anos é o objetivo do PL 1.983/2021, que aguarda votação no Senado. Caso seja aprovado, o texto seguirá para avaliação da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO), a proposição determina que, em cada instituição federal de ensino superior, sejam reservadas vagas em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Conforme o projeto, as cadeiras remanescentes serão completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e, na falta de dados do Censo referentes a egressos de programa de acolhimento institucional, sejam considerados os números coletados pelos conselhos estaduais dos direitos da criança e do adolescente.

Leia +

Comissão aprova projeto que obriga escola a divulgar proibição de cobrança extra para aluno com deficiência

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3092/19, que obriga as instituições privadas de ensino a promover campanhas para divulgar a proibição de cobrança de valores adicionais para alunos com deficiência.

A medida será incluída no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já proíbe que escolas e universidades privadas cobrem valores extras de qualquer natureza de alunos com deficiência.

Leia +

Comissão aprova garantia de assistência psiquiátrica, médica e odontológica à gestante adolescente

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou proposta que garante às adolescentes gestantes e mães, no período pré e pós-natal, assistência psiquiátrica, médica e odontológica. A proposta inclui a medida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que hoje já prevê o atendimento psicológico à gestante menor de 18 anos, como forma de prevenir a depressão pós-parto.

Leia +

Câmara aprova projeto que obriga poder público a identificar demanda por vagas em creches

A Câmara dos Deputados aprovou proposta que determina aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a realização anual de levantamento de demanda da educação infantil para crianças de zero a três anos de idade. De acordo com o texto, que será agora enviado ao Senado, esses entes federados poderão criar, com o apoio da União, mecanismos para realizar a busca ativa de crianças dessa idade fora da escola, divulgando o levantamento, os métodos utilizados e os prazos de sua realização.



NOTÍCIAS

TJ-SP aumenta pena de casal condenado por tortura qualificada contra filha

Por unanimidade, a 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo reformou parcialmente sentença da 2ª Vara Criminal de Praia Grande, para aumentar para três anos, um mês e dez dias de reclusão a pena de um casal que praticou crime de tortura qualificada contra filhar

Leia +

Atos infracionais não afastam minorante do tráfico privilegiado, diz STJ

O registro de ato infracional anterior não pode ser usado como elemento caracterizador da dedicação do agente a atividades delituosas, uma vez que a medida socioeducativa imposta ao adolescente não configura pena e, portanto, não induz reincidência.

Com esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça reduziu a pena aplicada a um homem para um ano, onze meses e dez dias de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, com a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos..

Leia +

Presidente do STJ participa da abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância — Região Sul

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, participou da abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância — Região Sul. Com dois dias de atividades, o evento teve o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região sul.

Leia +

Empresa aérea deve indenizar por cobrar passagem cheia de criança com deficiência

Uma empresa aérea deve seguir as normas de regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) referente a passageiros com necessidades especiais, pois, caso contrário, o consumidor é colocado em desvantagem demasiada.

Assim entendeu a 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ao condenar a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. a indenizar um menino de sete anos e a mãe dele, que pagaram o preço integral de uma das passagens, apesar de a acompanhante ter direito a desconto no valor conforme norma da ANAC

Leia +

Ministro do STJ concede prisão domiciliar a mãe de duas crianças

Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu habeas corpus coletivo a todas as mulheres presas grávidas e mães de crianças de até 12 anos, o ministro Antonio Saldanha Palheiro, do Superior Tribunal de Justiça, concedeu prisão domiciliar a uma mulher condenada por tráfico de drogas e foragida.

Após negativa do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sua defesa impetrou HC no STJ para pedir a substituição da prisão preventiva por domiciliar, com o argumento de que ela seria a única responsável por seus dois filhos.

O ministro relator lembrou que a corte já decidiu que negar a domiciliar à mulher gestante ou mãe de filho menor de 12 anos "exigiria fundamentação idônea e casuística".



Frente Parlamentar vai atuar pela presença de psicólogos e assistentes sociais na educação básica

Em ato na sala da Presidência da Assembleia, foi instalada, no dia 10 de agosto, a Frente Parlamentar Psicologia e Serviços Sociais nas escolas, uma iniciativa do deputado Faisal Karam (PSDB). A intenção é assegurar a implantação da Lei Federal n° 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, uma vez que o prazo de um ano para a implantação já expirou e a lei não foi aplicada no RS.

Adolescente transexual pode retificar gênero e prenome em registro civil

Um adolescente transexual de 15 anos conquistou na Justiça o direito de retificar o registro civil para alteração de gênero e prenome, conforme decisão de uma comarca do norte de Santa Catarina. Para o juízo, o fato de ser adolescente e de não ter se submetido a cirurgia para redefinição de sexo não pode obstar a efetivação dos direitos fundamentais.





Presidente do STF designa juízes de ligação para a Convenção da Haia sobre sequestro de crianças

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, designou quatro desembargadores e duas desembargadoras para ocupar os cargos de juízes de ligação (enlace) para a Convenção da Haia de 1980 sobre sequestro de crianças. Os juízes de ligação integram a Rede Internacional de Juízes da Haia e são nomeados pelas nações signatárias da convenção para facilitar a tramitação, entre os países, dos atos judiciais relativos aos tratados..



Supremo lança publicação que reúne bibliografia sobre Política Nacional de Educação Especial

"Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE)" é o tema da nova edição da série Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática, produzida pela Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF). A obra foi preparada em apoio à audiência pública, convocada no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590, realizada nos dias 23 e 24 de agosto..

Leia +

Comissão debate ações voltadas para o aleitamento materno

No dia 23 de agosto, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados promoveu debate sobre a Semana Internacional do Aleitamento Materno e sobre a realização da campanha "Agosto Dourado", voltada à conscientização e o esclarecimento sobre a importância da amamentação.

Leia +

Plenário mantém veto total do governo a projeto que dispõe sobre a educação domiciliar

Com 24 votos favoráveis e 22 contrários, o plenário da Assembleia Legislativa manteve o veto total do governador Eduardo Leite ao projeto que dispõe sobre educação domiciliar. Eram necessários, no mínimo, 28 votos contrários para derrubar o veto.

Leia +

Entidades da área de educação e de defesa de pessoas com deficiências encerram audiência pública sobre a Política Nacional de Educação Especial

O último bloco de expositores da audiência pública sobre a Política Nacional de Educação Especial reuniu representantes de entidades e coletivos de defesa de grupos com deficiências e necessidades especiais diversas, como pessoas com transtornos do espectro autista, Síndrome de Down e deficiências visuais e surdos. Foram ouvidas, também, as manifestações de pessoas ligadas à educação na primeira infância, à bioética e às pessoas negras com deficiência.

Leia +

LIVES E WEBINÁRIOS



Cyberbullying e Bullying nas Escolas

>> Acesse aqui <<

Organização: OAB/RS

Participantes: Ricardo Breier, presidente da OAB/RS; Carlos Kremer, presidente da CCA da OAB/RS, conselheiro seccional da OAB/RS e membro da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB; Gabriela Cruz Amato Teixeira,

membro da CCA da OAB/RS, especialista, mestra e doutura em Direito pela PUCRS; e major Karine Pires Soares Brum, coordenadora técnica estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD da Brigada Militar do RS.



>> Acesse aqui <<

Organização: Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e da ANDI – Comunicação e Direitos

Participantes: Miriam Pragita, da ANDI/RNPI; Luciane Siqueira, do Ministério da Cidadania; Claudia Vidigal, da Fundação Bernard van Leer; Olinta Cardoso, da Petrobrás; Maída Souza, da UNICEF Brasil; Leandre Dal Ponte, da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; Vital Didonet, da RNPI; Daniel Domingues, da USP; Larissa Araujo Santos, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Enid Rocha, do IPEA; Agostinho Vieira, do Projeto #Colabora; Isabella Henriques, do Instituto Alana; Sandra Cavalcante, da USP; Flávia Lefevre, do Intervozes; Veet Vivarta, da ANDI; Gerardo Escaroz, da UNICEF (EUA); Daniela Turco, da Cepal (Chile); Maitê Gauto, socióloga; e Estela Ortiz, da Fundación Horizonte Ciudadano (Chile).

Proteção de Dados e Direitos da Criança

>> Acesse aqui <<

Organização: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Participantes: Pedro Hartung, diretor de Políticas e Direitos da Criança do Alana; Isabella Henriques, diretora executiva do Alana; Rodrigo Azambuja, coordenador de Infância e

Juventude da Defensoria Pública; e Beatriz Cunha, encarregada de Proteção de Dados e subcoordenadora cível da Defensoria Pública.



A importância do fortalecimento da parentalidade para promoção do desenvolvimento infantil no Estado de Santa Catarina

>> Acesse aqui <<

Organização: Ministério da Cidadania

Participantes: Joana Ribeiro, juíza de direito em SC, doutoranda em Direito pela UFSC e Prof. Dra. Márcia Valiati, presidente do capítulo ABENEPI – SC.



DICAS CULTURAIS



/O Filho Eterno

2016, 1h 30min, Drama Direção: Paulo Machline

Disponível na Netflix.

O casal Roberto e Cláudia aguarda ansiosamente pela chegada de seu primeiro bebê. Roberto, que é escritor, vê a chegada do filho com esperança e como um ponto de partida para uma mudança completa de vida. Mas toda a áurea de alegria dos pais é transformada em incerteza e medo com a descoberta de que Fabrício, o bebê, é portador da Síndrome de Down. A insatisfação e a vergonha tomam conta do pai, que terá de enfrentar muitos desafios para encontrar o verdadeiro significado da paternidade.

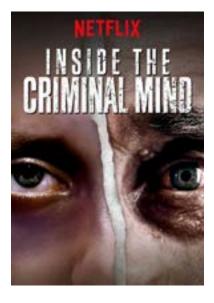
Waffles + Mochi

2021, Série, Infantil

Disponível na Netflix.

Série documental protagonizada pelos fantoches Waffles e Mochi, dois grandes amigos que sonham em se tornar chefs de cozinha. Seus conhecimentos sobre o mundo da gastronomia se resumem à comida congelada, que virou a marca registrada de seu país, os EUA, até que conhecem a Sra. Michelle Obama, dona do supermercado onde trabalham. Junto de um carrinho de compras voador, Waffles e Mochi embarcam em uma viagem mundo afora, o que lhes permite descobrir novos ingredientes, novos sabores e outras curiosidades sobre a culinária de diferentes países.





//Amoras//

2018, Companhia das Letrinhas, 44 páginas

Autor: Emicida

Na música "Amoras", Emicida canta: "Que a doçura das frutinhas sabor acalanto/ Fez a criança sozinha alcançar a conclusão/ Papai que bom, porque eu sou pretinha também". E é a partir desse rap que um dos artistas brasileiros mais influentes da atualidade cria seu primeiro livro infantil e mostra, através de seu texto e das ilustrações de Aldo Fabrini, a importância de nos reconhecermos no mundo e nos orgulharmos de quem somos — desde criança e para sempre.

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente - Nudeca -

Dirigente Andreia Paz Rodrigues

Subdirigente Anelise Calieron Sturm

Integrantes do Núcleo

Amanda Rodrigues da Gama

Bruna Brum Betiollo

Deisi Sartori

Fernando Moscon Schröpfer

Francielle Bertani

Gabriela Duarte Gonçalves

Kedi Leticia Bagetti

Patrícia Conde Buzatto

Raphael Varella Coelho

Equipe de apoio

Técnica Administrativa Maria Clara Bastos

Estagiária Ohana Rates Paines

Contato

Rua Siqueira Campos, 731 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS nudeca@defensoria.rs.def.br